

Economia - Brasil

DESONERAÇÃO

PARA O PRESIDENTE, MEDIDAS JÁ APRESENTADAS NÃO SÃO SUFICIENTES PARA O CRESCIMENTO DA ECONOMIA

Lula cobra propostas

ANTÔNIO CRUZ/ABR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva quer mais propostas de desoneração além das apresentadas ontem pela equipe econômica, dentro do conjunto de medidas em preparação pelo governo para garantir um crescimento mais robusto da economia.

Lula recebeu bem as idéias, mas ainda não tomou nenhuma decisão, informou o ministro da Fazenda, Guido Mantega. O presidente também cobrou ouvidoria da equipe econômica "porque ele não quer correr o risco de que o País não venha a crescer na velocidade e com o vigor que nós podemos crescer nos próximos anos", comentou o ministro.

"O presidente disse que quer mais desoneração tributária do que aquela que foi apresentada... Mas a desoneração está casada com o programa de ajuste fiscal, porque você tem que manter o

equilíbrio das contas públicas", afirmou Mantega.

"(O ajuste fiscal de longo prazo) poderá resultar em algo como 0,2 (ponto percentual do PIB como redutor de gastos correntes), mas isso ainda não é definitivo", acrescentou. Isso representaria economia ao redor de 4 bilhões de reais nas despesas anuais da União.

Mantega reconheceu que, apesar do avanço no controle da inflação e na redução da vulnerabilidade a crises externas, são necessárias mais condições que garantam um avanço maior da economia brasileira, como a ampliação dos investimentos em infraestrutura, sobretudo em energia e logística. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2006 ficará aquém das projeções iniciais e o mercado já prevê avanço inferior a 3%.

O governo pretende imple-

mentar medidas ainda este ano para garantir crescimento de 5 por cento em 2007, ainda que especialistas duvidem de efeitos imediatos de qualquer resolução sobre a atividade econômica.

Novas reuniões entre Lula e a equipe econômica estão marcadas para a semana que vem, uma na terça-feira (sobre infraestrutura) e outra na quarta-feira (na área tributária).

■ Medidas em estudo

Ao menos oito propostas de desoneração foram mostradas ao presidente, segundo Mantega, além de medidas para fazer com que as despesas do governo não cresçam mais que o PIB.

O ministro da Fazenda disse que uma possibilidade é a redução da alíquota ou isenção do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade

Social (Cofins) para aquisição de bens de capital, como forma de estimular o investimento.

Outra proposta em análise é ampliar a isenção dessas duas contribuições para empresas que têm menos de quatro quintos das vendas fora do Brasil. Atualmente, pela chamada "MP do Bem", apenas companhias que comercializam ao menos 80 por cento de sua produção no mercado externo têm isenção de PIS e Cofins para a compra de insumos.

No caso da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que expira no final de 2007, há duas alternativas. São elas: corte linear e gradual da alíquota, que hoje é de 0,38%, ou eliminar o tributo nas operações de crédito, para reduzir o custo de financiamentos. A única certeza é que a CPMF não será extinta.



■ LULA RECEBEU BEM AS IDÉIAS, MAS NÃO TOMOU UMA DECISÃO